

" O PAPEL DAS NARRATIVAS NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DAS CIDADES MEDIEVAIS".

MESTRANDA ANDRÉA ALVARES DA CUNHA -DEPT. DE HISTÓRIA PPGH/ UFF.

Durante o processo de Reconquista cristã, período de grandes mudanças e alterações políticas, econômicas e sociais, as cidades islâmicas são conquistadas e suas imagens enquanto cidades são reestruturadas, pois passam agora a fazer parte da Cristandade.

O rei é idealizado, como 'o grande guerreiro que derrota o infiel', mas também é aquele que dá mercês e, é o grande protetor das cidades e de suas gentes. O rei dá foraisⁱ e regulamenta então o seu cotidiano, estipulando através destes os direitos e deveres dos seus habitantes.

As crônicas são utilizadas então para preservar a memória de um determinado episódio, valorizando os seus testemunhos.

A crônica atua como uma forma de propaganda de conquista, funcionando então como uma forma de estratégia para promover a afirmação de poder e de prestígio político. Neste momento, a "Crônica de D. Afonso Henriques"ⁱⁱ juntamente com a crônica " A conquista de Lisboa aos Mouros -Relato de um Cruzado"ⁱⁱⁱ nos mostram a afirmação régia de D. Afonso Henriques a partir da conquista de uma cidade islâmica de vital importância: a Ulixbona^{iv} ou Lisboa^v, em 1147.

A tomada de Lisboa era necessária para assim construir uma linha de defesa mais estável, controlando assim o acesso a cidade de Santarém e, protegendo a cidade de Coimbra, a base do processo de reconquista empreendido por D. Afonso Henriques, pois a cidade de Lisboa era também um grande centro rural e marítimo^{vi}.

Com a conquista de Lisboa, outras cidades ou praças-fortes e seus castelos vão caindo diante da ação de D. Afonso Henriques e de seus cavaleiros, contando também com a ajuda dos cruzados, como o que ocorre na tomada de Beja:

(...) ElRey Dom Affomsso, posto que lhe estas nouas cheguassem, nam sse quis alleuantar do çerquo que tijna sobre Beja, amtes a combateo emtam mais fortemente com emgenhos e artelharias, atee que a tomou per força: e pello despeito que tijna do mall que os mouros fezeram em Tramquoso, todollos mouros de Beja amdaram aa espada, ficamdo mui poucos viuos.^{vii}

O auxílio dos cruzados (francos, ingleses, flamengos etc.) fornecia o contingente de homens necessários para a conquista das cidades e, aproximava a guerra de reconquista à guerra santa de Cruzada, favorecendo com isso a imagem de D. Afonso Henriques diante do papado, tendo a verdadeira atuação enquanto um Rex.^{viii}

A crônica espelha ainda, direta ou indiretamente as formas de convivência, a confluência e choques culturais entre os cristãos e muçulmanos.

Com a sua reconquista, as cidades são repovoadas e os mouros ou são ligados ao poder régio pelos forais^{ix} ou são escravizados, sendo então utilizados das mais variadas formas

O rei D. Afonso Henriques, pelas crônicas é um soberano 'valoroso, bom guerreiro no combate ao infiel e muito piedoso, sendo um fiel defensor da fé cristã';

(...) e o Primçipe sayosse fora de sua temda, e segumdo elle meesmo disse, e deu testemunho em sua estoria, uiu nosso Senhor em cruz, na manera que dissera ho jrmitam: e adorouho muy deuotamente com lagrimas de gram prazer, confortado e animado com tall emleuamento e confirmaçam do Spiritu Samto, que sse afirma tanto que uiu nosso Senhor auer amtre outras pallauras fallado a algu~uas sobre coraçom e spiritu humano, dizemdo: Senhor, aos hereges, aos hereges!^x

Sua imagem nas crônicas, como a do rei cristão que luta pelas terras da Cristandade e pela fé de Cristo, nos evidenciam o jogo político entre o papado e o novel reino em expansão. A Igreja ganha com isso terras e prestígio, com as doações feitas por D. Afonso Henriques, ocorrendo com isso o crescimento da Ordem de Cister em Portugal, a fundação de novos mosteiros, entrada mais efusiva das ordens militares-religiosas .

D. Afonso Henriques concede ainda em 1128, a Braga a capelania e chancelarias régias, e a cunhagem de moedas. Com isso, ele obtém o apoio de uma província eclesiástica, que fornecesse também os seus serviços e prestígio.

Concluimos então, nesta comunicação, que a crônica foi utilizada pelo poder régio para a sua afirmação enquanto poder centralizador, sendo um dos principais vetores da idealização da figura do Rex.

ⁱ A carta de foro ou foral era um documento que conferia a existência jurídica a um município, indiciada por qualquer magistratura de natureza fiscal/judicial com a estruturação concelhia. Estipulavam basicamente as liberdades e garantias das pessoas e bens dos povoadores, assim como os impostos e tributos que deveriam ser pagos, as composições e multas por delitos e contravenções no seio da comunidade concelhia. Mostrava ainda quem possuía as imunidades, quem deveria prestar serviço militar entre outros. Cf. BARROS, H. da Gama. **História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV**. 11 vol. 2ª edição. Lisboa, Sá da Costa. 1945-1954. P. 80-83.

ⁱⁱ A "Crônica de D. Afonso Henriques", de Duarte Galvão, foi publicada pela primeira vez em 1726 por Miguel Lopes Ferreira, sendo reeditada por Gabriel Pereira, na Biblioteca de Clássicos Portugueses (1906), juntamente com os capítulos suprimidos pelo Santo Ofício. Entre 1930-1935, a Imprensa da Universidade de Coimbra empreendeu uma nova edição sob a responsabilidade de Tomás da Fonseca, que não conseguiu ser editada. Seu conteúdo já foi estudado por Pierre David, Torquato de Sousa Soares, Rui de Azevedo, Miguel de Oliveira, Alfredo Pimenta, Luis Gonzaga de Azevedo, Monika B. Walter, Peter Feige, Ludwig Vones e etc. Esta é a melhor edição da 'vulgata' da Crônica de D. Afonso Henriques. Cf. GALVÃO, Duarte. **Crônica de D. Afonso Henriques**. Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda. 1995.

ⁱⁱⁱ A crônica "Relato de um Cruzado", acerca da conquista de Lisboa, é um relato pormenorizado da tomada da cidade de Lisboa, por parte de um cruzado presente no fato, Randulfus/Raol., que a envia para Osberto/Osberno, um clérigo ligado à casa de Glanville (cada de um dos condestáveis que chefiava seu grupo de cruzados, Hervey de Glanville). Cf. **A Conquista de Lisboa aos Mouros - Relato de um Cruzado**. Obras Clássicas da Literatura Portuguesa, Literatura Medieval. Edição de Aires A . Nascimento. Lisboa, Veja Ed. 2001

^{iv} " Porque de Ulisses vem o nome de Lisboa, crê-se que a cidade foi fundada por ele. Os seus territórios, no perímetro em redor, se forem comparados com os melhores não ficam atrás de nenhum, pela fartura dos produtos do solo, se atendermos à produtividade quer das árvores quer das vinhas. É rica em qualquer mercadoria seja de artigos de luxo seja de uso corrente. Tem ouro e prata e nunca faltam produtos de ferro. Predomina a oliveira. Nada fica nela por cultivar ou é improdutivo nem fica sem trazer uma messe abundante. Não amnam o sal, mas escavam-no. É de tal modo rica em figoa que dificilmente seremos capazes de consumir uma ração. Até os terrenos áridos estão recobertos de pastos. É famosa por muitos gêneros de caça. (...)". Cf. **A Conquista de Lisboa aos Mouros - Relato de um Cruzado**. Obras Clássicas da Literatura Portuguesa, Literatura Medieval. Edição de Aires A . Nascimento. Lisboa, Veja Ed. 2001 P. 77.

^v A reconquista reestruturou o espaço interior da cidade adaptando-a uma nova estrutura de povoamento, onde os antigos núcleos de povoamento dos arrabaldes islâmicos foram tutelados desde o século XII pelo novo poder régio, e pela ação da Igreja. Cf. Matos., José Luís de. **Lisboa Islâmica**. Coleção Lazúli. Lisboa, Instituto Camões. 1999. P. 15-17.

^{vi} Cf. MATTOSO, José. **Identificação de um País - ensaios sobre as origens de Portugal (1096-1325)**. Vol. I - Oposição. Lisboa, Editorial Estampa. 1989. P. 305.

^{vii} Cf. GALVÃO, Duarte. **Crônica de D. Afonso Henriques**. Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda. 1995. p. 139-140.

^{viii} Cf. **A Conquista de Lisboa aos Mouros - Relato de um Cruzado**. Obras Clássicas da Literatura Portuguesa, Literatura Medieval. Edição de Aires A . Nascimento. Lisboa, Veja Ed. 2001 P. 24-26.

^{ix} Este domínio sobre a população moura foi feito com o uso do "Foral dos Mouros Forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer, de 1170". Com este foral ele promove a municipalização e além de controlar a população, evita a evasão da preciosa mão-de-obra muçulmana, assim como as sublevações e revoltas na nova comunidade cristã.

^{x x} Cf. GALVÃO, Duarte. **Crônica de D. Afonso Henriques**. Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda. 1995. p. 58.